A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE:

LEI Nº 4512 ***, DE*** 14 ***DE*** dezembro ***DE 2015.***

Ementa: Reestrutura o Programa Escola Legal e dá outras providências.

Capítulo I
Da Introdução

Art. 1º – Fica reestruturado, nos termos desta Lei, o Programa Escola Legal no Município de Barra Mansa.

Capítulo II
Da Concessão

Art. 2º – O Programa Escola Legal consiste na transferência, pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa, de recursos financeiros em favor das escolas públicas municipais e/ou conveniadas de educação básica e educação especial, destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção para melhoria física e pedagógica das unidades de ensino do Município de Barra Mansa.

Art. 3º – A transferência se dará através de recursos consignados no orçamento municipal às Unidades Executoras, dos estabelecimentos de ensino citados no artigo anterior.

Parágrafo Único – Os recursos a que se refere o caput deste artigo serão provenientes do salário- educação, de acordo com a Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964 e suas regulamentações.

Art. 4º - Os recursos transferidos pelo Programa Escola Legal destinam-se à cobertura de despesas que visem à melhoria da qualidade de ensino dos estabelecimentos de ensino contemplados, devendo ser empregados em:

I – aquisição de material de consumo, exceto merenda escolar, conforme disposto no anexo I da portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002 do Ministério da Fazenda ou a que vier sucedê-la;

II – serviços de manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar, conforme disposto nos anexos II e III da portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002 do Ministério da Fazenda ou a que vier sucedê-la;

III – aquisição de equipamento e material permanente, conforme disposto no anexo IV da portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002 do Ministério da Fazenda ou a que vier sucedê-la;

Art. 5º – Para o recebimento da transferência é obrigatório que os estabelecimentos de ensino instituam suas Unidades Executoras próprias, com o registro em Cartório e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Parágrafo Único – Entende-se como Unidade Executora a pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos, que tenha por finalidade apoiar as unidades escolares no cumprimento de suas respectivas competências e atribuições.

Art. 6º – O valor a ser repassado a cada estabelecimento de ensino terá como base o número de alunos matriculados, de acordo com o censo do ano anterior, conforme decreto do executivo.

Art. 7º – O montante a ser distribuído entre os estabelecimentos de ensino contemplados por esta Lei, não poderá ser inferior a 6% (seis por cento) da arrecadação total do salário educação do exercício anterior da concessão.

Parágrafo Único – Os recursos concedidos a cada estabelecimento de ensino deverão ser divididos em 2 (dois) Adiantamentos nos seguintes períodos e percentuais:

a) 60% (sessenta por cento) no mês de Fevereiro do exercício;

b) 40% (quarenta por cento) no mês de Agosto do exercício.

Art. 8º – As transferências de recursos à conta do Programa Escola Legal, dependerão da apresentação, por parte da escola beneficiária, dos seguintes documentos:

a) termo de compromisso;

b) cadastro da Unidade Executora;

c) ata da assembleia de eleição e posse do diretor da entidade;

d) cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Parágrafo Único – A apresentação e o trâmite dos documentos exigidos ocorrerão da seguinte forma:

I – As Unidades Executoras deverão apresentar os documentos exigidos à Secretaria Municipal de Educação

II – A Secretaria Municipal de Educação procederá a análise e cadastramento da documentação recebida, para geração da Relação de Unidades Executoras – REX/SME;

III – Após a geração da REX/SME a Prefeitura Municipal de Barra Mansa providenciará as correspondentes transferências de recursos.

Art. 9º – As transferências de recursos às escolas beneficiárias ficam condicionados à regularidade quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos.

Art. 10 – As Unidades Executoras serão informadas pela Secretaria Municipal de Educação por ocasião da liberação dos recursos.

Capítulo III

Do Saldo

Art. 11 – Em caso de saldo não utilizado, o mesmo deverá ser recolhido mediante guia de arrecadação onde constará o nome do responsável e número do processo que concedeu o recurso.

Parágrafo Único – O saldo de que trata o caput deste artigo deverá ser consignado em conta vinculada ao salário educação.

Capítulo IV
Dos Prazos

Art. 12 – A utilização do recurso inicia-se imediatamente após a liberação do mesmo, e o prazo final de sua execução será o dia 30 de novembro do exercício em que ocorreu o crédito.

Parágrafo Único – Após o prazo final de execução, as Unidades Executoras deverão enviar a devida Prestação de Contas em formulário específico à Secretaria Municipal de Educação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

Capítulo V
Da Prestação de Contas

Art. 13 – A Prestação de Contas far-se-á mediante a entrada no Protocolo Geral, encaminhando à Secretaria Municipal de Educação os seguintes documentos:

I – ofício de encaminhamento (Anexo I);

II – termo de compromisso (Anexo II);

III – balancete de Prestação de Contas (Anexo III);

IV – relação de todas as despesas efetuadas, constando data do documento, espécie e número do documento, nome do interessado e valor da despesa, constando ao final da relação a somas das despesas realizadas (Anexo IV);

V – documentos comprobatórios das despesas realizadas, constando no verso de cada, obrigatoriamente, atestado de recebimento do material ou execução do serviço.

Parágrafo 1º – Os comprovantes deverão especificar as despesas, com o preenchimento da coluna de preço unitário, não sendo aceitos documentos similares ou vedados pela legislação tributária.

Parágrafo 2º – Não serão aceitos documentos rasurados, ilegíveis, emendados e/ou com data anterior ou posterior ao período de execução do recurso.

Art. 14 – A prestação de Contas deverá discriminar, separadamente, a aplicação em Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Encargos e Equipamentos e Material Permanente.

Art. 15 – Após análise das Prestações de Contas, caberá à Secretaria Municipal de Educação encaminhá-las à Secretaria Municipal de Fazenda para integrá-las a Prestação de Contas Anual do Município.

Capítulo VI
Das Penalidades

Art. 16 – Havendo irregularidade na Prestação de Contas apresentada pela Unidade Executora do estabelecimento de ensino e, não havendo sua regularização, a mesma estará impedida do recebimento de novas transferências.

Art. 17 – O Presidente da Unidade Executora, impedida de receber novas transferências por apresentar irregularidades na Prestação de Contas de recursos recebidos, deverá sofrer as sanções cabíveis.

Art. 18 - É vedado ao Presidente da Unidade Executora, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo 1º - Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Parágrafo 2º – O Presidente da Unidade Executora que infringir a determinação prevista no caput deste artigo deverá sofrer as penalidades previstas na Lei de improbidade administrativa.

Art. 19 – Os servidores membros da Unidade Executora poderão responder solidariamente junto ao Presidente da mesma, nas penalidades previstas nos Artigos 16 a 18 desta Lei.

Art. 20 – Caberá ao titular da Secretaria Municipal de Educação, após o prazo estipulado pelo Art. 12 desta Lei, e não havendo a regularização da Prestação de Contas pela Unidade Executora instaurar processo administrativo para a apuração das responsabilidades e promover a respectiva denúncia ao Ministério Público.

Capítulo VII
Das Disposições Finais

Art. 21 – Ficam aprovados os formulários específicos que integram esta Lei, que serão utilizados pelas instituições beneficiárias do Programa.

Art. 22 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA 14 DE dezembro ***DE2015.***

JONASTONIAN MARINS AGUIAR
PREFEITO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PROGRAMA ESCOLA LEGAL

Anexo I

Barra Mansa, _____de _____ de 2015.

Da (Unidade Executora)

À Secretaria Municipal de Educação

Barra Mansa – RJ

Senhor (a) Secretário (a):

Nos termos do Art. 13 da Lei nº _____ de _____/_____/_____, apresentamos a V. Sª, a Prestação de Contas dos recursos recebidos através do Programa Escola Legal, em _____/_____/_____, pelas notas de empenho nº _____/_____e _____/_____.

Outrossim, a presente Prestação de Contas é composta dos seguintes documentos que anexamos:

a) Balancete de Prestação de Contas;

b) termo de compromisso;

c) Relação dos documentos de despesa;

d) cópia de guia de recolhimento de saldo não utilizado (quando houver);

e) documentos comprobatórios das despesas realizadas com Material de Consumo;

f) documentos comprobatórios das despesas realizadas com Serviços de Terceiros e Encargos;

g) documentos comprobatórios das despesas realizadas com aquisição de bens.

Atenciosamente,

_____

PRESIDENTE DA UNIDADE EXECUTORA

_____

TESOUREIRO DA UNIDADE EXECUTORA

PROGRAMA ESCOLA LEGAL

TERMO DE COMPROMISSO

Anexo II

TERMO DE COMPROMISSO

Presidente da Uex

_____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado (a) no (a) _____ nº_____, _____, _____,

rua, avenida Bairro Cidade

_____, portador (a) do CPF nº _____, RG nº _____,

UF

Órgão Expedidor _____, Presidente do _____,

Razão social da Uex

_____, firma o compromisso de cumprir e fazer cumprir as resoluções da

CNPJ da Uex

Lei nº _____ de _____/_____/_____, do Programa Escola Legal.

Barra Mansa,

_____

ASSINATURA DO (A) PRESIDENTE

PROGRAMA ESCOLA LEGAL

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Anexo III

Uex da Escola _____

CNPJ _____

Presidente: _____

Recurso recebido em: _____/_____/_____

Processo de Concessão nº _____

Período de Aplicação: _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

HISTÓRICO	*CRÉDITO*	*DÉBITO*
1 – Valor Recebido.....	R$	
2 – Total das despesas realizadas com material de consumo.....		R$
3 - Total das despesas realizadas com serviços de terceiros e encargos.....		R$
4 - Total das despesas realizadas com aquisição de bens.....		R$
5 – Saldo não utilizado.....	R$	

BARRA MANSA, _____, DE _____ DE _____.

_____

RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS

ASSINATURA E CARIMBO

PROGRAMA ESCOLA LEGAL

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA E DE PAGAMENTOS EFETUADOS.

Anexo IV

Nome da Unidade Executora	CNPJ	Período de Execução ___/___/_____ a ___/___/_____	Exercício
Endereço:	Município:		UF:

Valor Recebido:	Rend. Apl. Financeira:	ValorTotal:	Despesa Realizada:	Saldo Devolvido:

Pagamentos Efetuados:

Item	Nome do Favorecido/ CNPJ ou CPF	Especificação dos Bens, Serviços e Material de Consumo	Nº do Doc.	Valor (R$ 1,00)
Total				

Data e Local	Nome e Assinatura do Responsável